

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL, CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DO VALE DO RIBEIRA-SP

Laudessandro Marinho da Silva¹, Raquel Pasinato²

RESUMO

Trazemos neste texto uma breve contribuição apresentada no workshop sobre patrimônio imaterial e desenvolvimento sustentável, na mesa de debate sobre o tema “Usos do desenvolvimento sustentável: participação social, meio ambiente e território”. Nessa mesa o autor e a autora fizeram abordagens a partir de seus lugares de fala atrelados às suas lutas contra o racismo ambiental que permeia as relações entre as políticas ambientais, legislações e os povos e comunidades tradicionais. Contamos um pouco sobre o caso dos quilombos do Vale do Ribeira e como o sistema agrícola praticado pelos quilombolas se tornou um patrimônio cultural brasileiro. Também discutimos quais os passos dados, o que esse sistema representa para a conservação do bioma Mata Atlântica e a sustentabilidade dos territórios quilombolas enquanto espaços de bem-viver que promovem desenvolvimento sustentável. O reconhecimento de seus territórios é sinônimo da manutenção da vida nas dimensões material e imaterial.

Palavras-chave: Território. Quilombo. Racismo Ambiental. Agricultura tradicional.

ABSTRACT

We bring in this article a brief contribution presented in the Workshop on intangible heritage and sustainable development, at the panel regarding the theme “Uses of sustainable development: social participation,

-
- 1 Agricultor familiar nascido e criado no Quilombo Ivaporunduva, no Vale do Ribeira, município de Eldorado-SP. Possui formação técnica em Agricultura pelo Centro Paula Souza e bacharelado em Administração de Empresas pela Universidade São Francisco (USF). Coautor do livro *Roça é Vida* (2020), publicado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). E-mail: laudessandromarinho@gmail.com.
 - 2 Bióloga e socioambientalista, mestre em Ecologia de Agroecossistemas pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), da USP. Desde 2005 é Assessora Técnica no Programa Vale do Ribeira do Instituto Socioambiental (ISA). Tem experiência na área de Ecologia, com ênfase em Desenvolvimento Socioambiental. E-mail: raquel@socioambiental.org.

environment and territory.” From different positions, the authors approached their struggles against environmental racism that permeates the relations between environmental policies, legislation and traditional peoples and communities. We write about the case of *quilombos* in Vale do Ribeira and how the agricultural system practiced by the *quilombolas* became a Brazilian cultural heritage. We also discuss what steps have been taken, what this system represents for the conservation of the Atlantic Forest biome and the sustainability of quilombola territories as areas of good living that promote sustainable development. The recognition of these territories stands for the maintenance of life in the material and immaterial dimensions.

Keywords: Territory. *Quilombo*. Environmental Racism. Traditional Agriculture.

APRESENTAÇÃO

Muitos tombaram fisicamente na luta. Alimentaram a terra com o próprio sangue para garantir nossos direitos. Se juntaram aos nossos ancestrais e a luta tem que ser fortalecida. (SILVA, 2020, p. 29.)

Este artigo surge do workshop realizado nos dias 9 e 10 de março de 2020 no Centro de Pesquisa e Formação do Sesc São Paulo, com o apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), realização do Sesc e atores de abrangência nacional e internacional, como é o caso da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHES).

Adiante traremos conhecimentos e práticas relacionados à roça de coivara — reconhecida pelo Iphan desde setembro de 2018 como patrimônio cultural imaterial brasileiro, dada sua complexidade como Sistema Agrícola Tradicional dos Quilombos do Vale do Ribeira.

No primeiro momento, abordaremos a discussão promovida na mesa de debate intitulada “Usos do desenvolvimento sustentável: participação social, meio ambiente e território”, que contou com a participação de Dauró Prado e Adriana Lima, ambos da Associação de Moradores da Jureia; Laudessandro Marinho da Silva, do Quilombo Ivaporunduva e Raquel

Pasinato, do Instituto Socioambiental (ISA), com a mediação de Marcelo Paiva, da Universidade de São Paulo.

Estamos felizes de que nossa discussão, as diferentes perspectivas e experiências trazidas por cada um e cada uma serão cristalizadas e materializadas na forma do dossiê “Patrimônio Cultural Imaterial e Desenvolvimento Sustentável”, fruto de nossos debates realizados durante o workshop de mesmo nome no Centro de Pesquisa e Formação, do Sesc São Paulo.

Optamos pela escrita em dupla no intuito de abarcar os temas de afinidades, considerando também nossa localização geográfica e nossas vivências quilombolas no Vale do Ribeira.

Enquanto autor e autora, é importante contextualizar que nossos lugares de atuação e escrita estão alicerçados no engajamento em múltiplos processos de libertação humana, e neste caso explicitaremos questões atreladas à luta contra o racismo ambiental, o que implica pertença ao território quilombola e, enquanto profissionais, ao trabalho socioambiental junto às comunidades tradicionais quilombolas.

É na nossa condição de quilombola e administrador com foco no território e de bióloga e profissional engajada em projetos socioambientais que coletivamente escrevemos atravessados pelas tensões do racismo ambiental que afetam os povos tradicionais que vivem o/do território.

Participar de um evento dessa proporção é sem dúvida ocupar os espaços a que historicamente os povos tradicionais têm sido impedidos de participar em função do racismo estrutural reproduzido pelas entidades acadêmicas institucionais, e sobretudo as que promovem conceitos sobre nós sem a nossa participação.

O intelectual Silvio Almeida, em seu livro *Racismo estrutural*, diferencia três concepções de racismo, quais sejam, individualista, institucional e estrutural:

Concepção individualista. O racismo, segundo esta concepção, é concebido como uma espécie de “patologia” ou anormalidade. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados (...) devendo ser combatido no campo jurídico por meio da aplicação de sanções civis (...) ou penais.

Concepção institucional. (...) Sob esta perspectiva, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagem e privilégio com

base na raça (...), é no interior das regras institucionais que os indivíduos se tornam *sujeitos*, visto que suas ações e seus comportamentos são inseridos em um conjunto de significado previamente estabelecido pela estrutura social (...) a principal tese dos que afirmam a existência de racismo institucional é que os conflitos raciais são parte das instituições (...) fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos.

Concepção estrutural. (...) As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modos mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista. (ALMEIDA, 2020, pp. 36; 47.)

Pela parceria realizada, agradecemos às instituições envolvidas que reconhecem a importância de promover eventos de ordem conceitual junto às próprias populações que ocupam e vivem os territórios tradicionais, potencializando o desenvolvimento sustentável e garantindo a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial vivido nos territórios.

Traremos contribuições a partir de nossos lugares de enfrentamento e participação social, visando o desenvolvimento sustentável apontando os usos e os desafios das populações tradicionais, para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial desenvolvido em nossos territórios de forma intergeracional e centenária, baseado na experiência, na oralidade e na ciência, portanto de base de matriz africana, como preconiza o filósofo, intelectual e tradicionalista Hampâté Bâ:

Fundada na iniciação e na experiência, a tradição oral conduz o homem à sua totalidade e, em virtude disso, pode-se dizer que contribuiu para criar um tipo de homem particular, para esculpir a alma africana.

Uma vez que se liga ao comportamento cotidiano do homem e da comunidade, a “cultura” africana, não é, portanto, algo abstrato que possa ser isolado da vida. Ela envolve uma visão particular do mundo, ou, melhor dizendo, uma *presença* particular no mundo — um mundo concebido como um Todo onde todas as coisas se religam e interagem. (HAMPÂTÉ BÂ, 2010, p. 169.)

Discorrer sobre desenvolvimento sustentável a partir da perspectiva dos povos tradicionais e/ou de matriz africana é ir na contramão da noção separatista e cartesiana, que entende a sociedade apartada, ou em escala de hierarquia, superior sobre a natureza.

USOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PARTICIPAÇÃO SOCIAL, MEIO AMBIENTE E TERRITÓRIO

O tema debatido, “Usos do desenvolvimento sustentável: participação social, meio ambiente e território”, só faz sentido ao levar em consideração os sujeitos, homens, mulheres e crianças, potencializadores do desenvolvimento sustentável em territórios tradicionais. Neste caso, traremos a experiência do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo, situado dentro da Mata Atlântica e com 33 comunidades quilombolas.

O debate deste tema articula pessoas e território, sem sobreposição e/ou hierarquização. O território é coletivo e categoria central ao pensarmos as vivências das comunidades tradicionais do Vale do Ribeira-SP, interligadas à fauna, à flora e às relações inter e intracomunitárias que se dão dentro dele.

Politicamente é importante destacar que existem tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, e ao debatermos sobre territórios tradicionais estamos respaldados em documentos de abrangência nacional e internacional, elaborados com a participação dos sujeitos quilombolas e de outros povos e/ou comunidades tradicionais politicamente entendidos como:

Art. 4º Observado o disposto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, e no Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, os quilombolas entendidos como povos ou comunidades tradicionais são:

1. Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais;
2. Possuidores de formas próprias de organização social;
3. Detentores de conhecimentos, tecnologias, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

4. Ocupantes e usuários de territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. (BOTÃO; NORTE; ROSA, 2012, pp. 10-1)

Os territórios tradicionais não se restringem aos quilombolas, mas a vários segmentos, tais como:

Art.5º Observado o disposto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e no Decreto nº 6.040/2007, os territórios tradicionais são:

1. Aqueles nos quais vivem as comunidades quilombolas, povos indígenas, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, faxinalenses e comunidades de fundo de pasto, dentre outros;
2. Espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária. (Ibidem, p. 11.)

Como indicam as definições apresentadas na citação acima, para as comunidades tradicionais não há reprodução cultural, social e econômica sem o território, sem o território não há desenvolvimento sustentável, portanto o território é condição para o desenvolvimento e a reprodução cultural. Por isso a luta das comunidades tradicionais pela titulação e reconhecimento de seus territórios é sinônimo da manutenção da vida nas dimensões material e imaterial.

As comunidades tradicionais caracterizam-se pelo modo de sociabilidade em que a terra, um dos meios de produção de maior relevância, é coletiva, opondo-se dessa forma aos interesses privados e individuais, marcas do modo de sociabilidade capitalista em que a terra é vista como mercadoria e para fins comerciais e de lucro.

... A terra, desde o começo do mundo, tudo que nós temos vem dela, tudo... (...) então a terra pode ser amada como mãe, né, e quem que não respeita a mãe, né? Quem que na questão de comercialização, quem que vai vender sua própria mãe? Então, o quilombola, ele pensa desse jeito sabe... Que na terra de quilombo não pode ter loteamento, não pode pensar em comércio, porque nós temos que garantir o futuro das

gerações vindouras no território, que são nossos filhos, nossos netos, daí por diante, né. (ALVES³, apud LUIZ, 2014, pp. 14-5.)

Para os quilombolas e demais povos tradicionais, a terra é como uma mãe que propicia a vida, alimenta e abriga, um ente provido de direitos, portanto não é subjugada, tampouco apartada do meio ambiente, entendido em sua totalidade sem fragmentação ou dualidade homem/natureza.

O território, as gentes do lugar, o rio, a floresta são entes com direitos. É com esse entendimento que quilombolas e outros povos tradicionais fundaram e são engajados em movimentos a favor do rio Ribeira de Iguape, e outros tantos, para que continuem a correr livremente. Movimentos como o Moab (Movimento dos Ameaçados por Barragem) e o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem) constituem parte da luta contra as barragens e em defesa do território e de tudo o que dele faz parte.

Nesse sentido, a participação social, o meio ambiente e o território são, além de importantes temas a serem discutidos, a possibilidade de manutenção da própria vida e dos grupos sociais historicamente marginalizados, que se mantêm vivos e produzindo cultura — articulando os conhecimentos e saberes tradicionais aos conhecimentos da academia, que precisa pensar-se em sua dimensão social e, portanto, engajada nas demandas sociais que extrapolam os muros institucionais. O território é base da existência quilombola.

Dialogando com Milton Santos (2007), importante geógrafo brasileiro, é fundamental entendermos as dinâmicas e os conflitos sociais envolvendo a questão territorial; nesse sentido o autor faz a consideração de que o território é o chão mais a população que nele habita, e que o *território usado* é tanto uma arena de lutas como possibilidade de solidariedade.

Essa solidariedade é um legado ancestral e visível entre as comunidades tradicionais de formas inter e intracomunitária nas lutas e resistências de comunidades irmãs em defesa da existência e dos direitos sociais que são historicamente negados ao segmento negro da população brasileira, exemplificados na história, com a lei de terras de 1850, e na atualidade, com a insistência do Estado brasileiro em manter a morosidade em relação à titulação das terras quilombolas, direito este garantido na Constituição Cidadã de 1988.

As comunidades estão organizadas em formas de Associações cujo objetivo maior é a garantia do território coletivo. A participação social de

3 Benedito Alves (Ditão), liderança quilombola, em palestra realizada no Quilombo Ivaporunduva, em 24 de junho de 2010.

homens, mulheres e crianças de comunidades tradicionais é pautada na defesa do território e na busca por políticas públicas que caminhem no sentido de ações coletivas de engajamento nos movimentos sociais diversos, em favor da equidade social e da distribuição de renda de forma justa e solidária.

Nas comunidades quilombolas, a maior parte da alimentação consumida é produzida pelos próprios quilombolas, que praticam a agricultura de subsistência, entendida como uma forma de cuidado, preservação da natureza e da própria vida. Agricultura essa que vem garantindo a permanência dos quilombolas em seu territórios, produzindo alimentos saudáveis não só para suas próprias famílias, mas também para muitas outras no Brasil, principalmente no estado de São Paulo, através dos programas de governo como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), além de comercialização interna e externa através de feiras e a visitantes/turistas que vêm consumir os produtos dos quilombolas.

A base econômica está na agricultura, reconhecida como familiar, no turismo e na venda de produtos artesanais e serviços públicos. Boa parte das comunidades quilombolas do Médio e Alto Ribeira, integrantes do Sistema Agrícola Tradicional Quilombola (SATQ) do Vale do Ribeira, tem seus produtos agrícolas reconhecidos pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento pela sua qualidade orgânica. Em especial o Quilombo Ivaporunduva, o primeiro a conquistar a certificação orgânica auditada de seus produtos, a qual atesta que os alimentos produzidos e consumidos ali são saudáveis, garantindo a segurança alimentar dos consumidores.

Nos quilombos Ivaporunduva, São Pedro, André Lopes, Sapatú e Mandira é realizado o turismo de base comunitária e o turismo eco-étnico-cultural que consiste numa forma de circular a renda dentro dos quilombos com a venda de artesanato e de produtos da agricultura familiar. Mas o principal objetivo é a circulação do conhecimento da população negra, das suas histórias e memórias a partir da perspectiva dos quilombolas, e não sob a perspectiva do opressor que ainda é a colocada em muitos livros, que equivocadamente apresentam os descendentes de africanos e africanas escravizadas e escravizados como escravos e escravas, o que além de ser um grave erro conceitual é um difusor de distorções históricas que dificultam a valorização da identidade negra e quilombola por parte de toda a sociedade.

Como estratégia para o fortalecimento e valorização da agricultura tradicional, os quilombolas formaram uma cooperativa para melhor

organizar, produzir e comercializar sua produção. Criada em 2012, a Cooperativa de Agricultores Quilombola do Vale do Ribeira (Cooperquivale) congrega 16 comunidades quilombolas dos municípios de Jacupiranga, Eldorado, Iporanga e Itaóca, com cerca de 236 cooperados. A cooperativa tece como principal estratégia a comercialização de mais de 78 alimentos da sua agrobiodiversidade para o Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade de Doação Simultânea (PAA-DS), do governo federal, que funcionou entre 2013 e 2018. Em 2016, começou a atender os projetos de merenda escolar do município de Eldorado e, em 2017, o município de São Paulo.

Com a criação da Cooperquivale os quilombolas deram um passo importante para a construção da autonomia na comercialização dos alimentos destas comunidades. Com ela foi possível a valorização dos alimentos do SATQ através da organização e coordenação conjunta para aumento do volume vendido, melhora do preço pago e maior regularidade na venda e pagamento. As consequências deste processo de valorização da agrobiodiversidade destas comunidades foram o reconhecimento de cultivos diversos, fazendo frente à monocultura, e o respeito às sazonalidades dos alimentos, gerando recursos financeiros fundamentais para a composição da renda dos quilombolas.

Desta forma, apesar das transformações existentes nos contextos sociais e econômicos da região e das comunidades tradicionais quilombolas, o SATQ tem continuidade como o alicerce da segurança alimentar (ANDRADE et al, 2019).

O SISTEMA AGRÍCOLA TRADICIONAL QUILOMBOLA DO VALE DO VALE DO RIBEIRA: PATRIMÔNIO IMATERIAL E ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os quilombolas habitam e manejam a floresta atlântica no Vale do Ribeira há mais de 400 anos. Não por acaso, o Vale do Ribeira é o maior remanescente de Mata Atlântica contínuo: dos 7% que restaram do bioma de Mata Atlântica em território nacional, 21% estão localizados no Vale do Ribeira. É a área mais conservada de São Paulo, contrastando com o restante do Estado, que está desmatado e não abriga comunidades quilombolas.

Ou seja, as maiores áreas de Mata Atlântica no Estado de São Paulo estão nos municípios do Vale (Tabela 1), onde vivem populações tradicionais e existem áreas protegidas, como os Territórios Quilombolas. Entendendo a ocupação histórica da região nos últimos séculos, as condições da

geografia de relevo acidentado com áreas desfavoráveis à agricultura de larga escala e o baixo desenvolvimento de infraestrutura, como estradas, por exemplo, observam-se as circunstâncias criadas para que as comunidades continuem a viver até hoje da agricultura tradicional. As técnicas de plantio de baixo impacto, aliadas à baixa densidade populacional da região e à permanência dos quilombolas no território, impedindo a entrada de exploradores, são fatores que se somam e contribuem para que a vegetação esteja conservada no Vale do Ribeira.

Mostrar essas informações é relevante para que possamos combater o racismo ambiental praticado contra os povos tradicionais do Vale, que vivenciam situações de tolhimento de seus modos de vida em detrimento da conservação da biodiversidade. Em muitas ocasiões, a política ambiental paulista criminalizou, perseguiu e contribuiu para a extinção dessas comunidades e seus modos de fazer e viver. Felizmente, quilombos são sinônimos de resistência.

Tabela 1.: Municípios com as maiores áreas de floresta no estado de São Paulo

Município	Área total (ha)	Área de floresta (ha)
Iguape	197.795	153.487
Eldorado	165.426	118.195
Cananeia	123.938	102.725
Iporanga	115.205	94.066
Sete Barras	106.270	74.280

Fonte: Inpe (2018).

Os quilombolas do Vale do Ribeira praticam uma agricultura de coivara herdada dos povos indígenas e dos ancestrais africanos escravizados que ocuparam a mesma região. É a forma de agricultura milenar de povos e comunidades tradicionais em florestas tropicais. Até o passado recente, foi esta agricultura que garantiu alimento para as famílias quilombolas e todas as outras da região. Hoje essa mesma agricultura, que concilia produção com conservação, alimenta os quilombolas e outras famílias que recebem a comida produzida por meio dos programas institucionais PAA e Pnae, já citados.

A agricultura quilombola do Vale do Ribeira vem sendo amplamente estudada pela academia, e os conhecimentos dos quilombolas sobre suas práticas e manejos, relatados e documentados. Esse binômio, conhecimento tradicional e conhecimento científico, foi o alicerce do dossiê que embasou o pedido de registro como patrimônio cultural ao Iphan.

A partir de 2009, cinco anos de pesquisas inventariaram 180 bens da cultura imaterial das comunidades da região. Na conclusão do *Inventário cultural de quilombos do Vale do Ribeira* (ANDRADE; TATTO, 2013), a prática agrícola apresentou-se como alicerce central na vida dos quilombolas e foi recomendado que a diversidade agrícola encontrada, a quantidade de bens culturais associados às roças e a importância dessa prática de manejo de capoeiras tão ameaçada fossem protegidas de alguma forma. Diante disso, em 2014 os quilombolas deram início ao pedido de registro junto ao Iphan.

O que é chamado de SATQ contempla práticas e saberes de um sistema de manejo dos territórios quilombolas do Vale do Ribeira que tem como objetivo central prover os alimentos, e para tanto essas populações têm um conjunto de conhecimentos extremamente complexos e relacionados em que a prática central, o alicerce desse saber é a roça tradicional, o trabalho agrícola. Abrange o cultivo nas roças de coivara itinerantes, a diversidade de plantas manejadas, o preparo dos alimentos, a cultura material associada, os arranjos produtivos locais, as redes de comercialização e os contextos de transmissão de conhecimento e de consumo alimentar que envolvem expressões de música e dança (ANDRADE; KISHIMOTO, 2017).

Esse modo de fazer roça também é denominado sistema agrícola itinerante (SAI), pois é baseado no rodízio de áreas de plantio: o quilombola escolhe uma área, corta a mata, coloca o fogo apenas nesse trecho. Depois, observando os ciclos da lua, ele planta. O solo se mantém fértil por alguns anos — e as cinzas que sobram do fogo, assim como os troncos que não foram queimados, são essenciais para isso. Dali ele retira o alimento que garante a sua sobrevivência: arroz, feijão, milho, cará, mandioca, pimenta, laranja, entre outros cultivares. O excedente do cultivo é comercializado e gera renda para atender as necessidades básicas das famílias. Depois, entre três e cinco anos, o agricultor abandona aquela área, permitindo que a floresta se regenere. Depois de dez a quinze anos, a roça vira novamente mata fechada.

Entre os documentos que embasam o dossiê entregue ao Iphan está um conjunto de pesquisas científicas realizadas pelo grupo de estudos em Ecologia Humana de Florestas Neotropicais, da Universidade de São Paulo, pesquisadores da Unicamp e do Instituto de Botânica do Estado de São Paulo em cooperação com instituições internacionais de ensino. Os estudos falam sobre vegetação, fauna, solos, saúde nutricional, transformações na paisagem, agrobiodiversidade e produtividade agrícola. Todos realizados no Vale do Ribeira, em territórios quilombolas (ADAMS et al., 2017). Esse conjunto de dados mostrado pelos pesquisadores reforça os

saberes dos quilombolas sobre a floresta, seus ciclos, biodiversidade e manejo. Fica portanto escurecido⁴ que aquilo que foi considerado um patrimônio imaterial presta um serviço socioambiental para a conservação da natureza, em um sistema sustentável de desenvolvimento e integração homem–ambiente.

Uma constatação a partir dos sistemas de manejo praticados e das pesquisas realizadas é de que não são as roças dos quilombolas as responsáveis pelo desmatamento na Mata Atlântica. Há no Vale outras ameaças ao bioma que merecem artigos e denúncias, por exemplo, a mineração, as Pequenas Centrais Hidrelétricas e a pulverização área de agrotóxicos nos bananais às margens do rio Ribeira de Iguape.

Para conhecer mais sobre o SATQ, pode-se acessar o dossiê que foi elaborado entre 2014 e 2017, em um processo amplamente documentado pelos pesquisadores, os detentores dos saberes e seus parceiros. Entregue ao Iphan em 2017, foi avaliado pela superintendência paulista do órgão e seguiu para o Departamento Nacional de Patrimônio Imaterial. Na reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, o parecer favorável ao registro foi da renomada antropóloga Manuela Carneiro da Cunha. Foi uma conquista importantíssima para as comunidades quilombolas, especialmente porque mostra que há outros olhares sobre as roças e os modos de vida, que o fazer roça é compatível com a conservação da floresta e que o equilíbrio do ambiente também depende do manejo que os povos tradicionais, que o conhecem, fazem dele.

DESAFIOS E CONSIDERAÇÕES: DE GERAÇÃO EM GERAÇÃO

Todo esse vasto sistema de conhecimento ancestral que engloba o SATQ e acontece nos territórios quilombolas enfrenta desafios para sua manutenção e seu reconhecimento enquanto um modelo de bem viver que traz desenvolvimento sustentável à região. E o desafio maior está em entender essa complexidade não como um modelo de vida atrasado, mas sofisticado e sustentável do ponto de vista socioambiental. É necessário que o sistema seja conhecido e valorizado em meios educacionais formais e informais para que o preconceito seja superado.

Os territórios quilombolas precisam ser titulados! Na porção paulista do Vale existem 33 comunidades quilombolas com processos de

4 Palavra empregada aqui para substituir o termo racista “esclarecimento”.

regularização fundiária em andamento; destes, 29 estão com território reconhecido pelo Estado; 4 com pedido de reconhecimento aberto e 6 parcialmente tituladas. É nestas comunidades que há mais de 400 anos vive o sistema agrícola tradicional que é patrimônio cultural brasileiro pela sua complexidade de relações, agrobiodiversidade, saberes e fazeres envolvidos. A autonomia territorial é fundamental para que ele sobreviva.

A aplicação da legislação ambiental a partir do olhar que criminaliza e desconsidera o modelo agrícola e de manejo da floresta carece de uma revisão urgente, porque em muitos lugares do mundo o olhar já é mais integrado e muitas das pesquisas já apontam a complexidade dos sistemas socioecológicos, que envolvem o humano e o biofísico interagindo no espaço e no tempo, e que tudo isso vai se adaptando ao longo do tempo, sem prejuízo para a conservação (OSTROM, 2009). E aqui no Vale do Ribeira, há mais de trinta anos, um dos lemas de luta dos povos tradicionais e movimentos é “Meio ambiente com gente”.

Outros desafios pairam no campo das políticas públicas de fomento ao SATs (Sistemas Agrícolas Tradicionais) oferecidas pelo Estado aos povos e comunidades tradicionais. Infelizmente ainda são insuficientes, e no caso dos SATs é inexistente. Por exemplo, mesmo o PAA e o Pnae adquirindo alimentos da agrobiodiversidade desses SATs, não há uma linha específica de valorização de SATs que são patrimônio cultural. Outro exemplo, os programas de crédito, como o Pronaf, priorizam crédito às monoculturas, não reconhecendo os SATs biodiversos como linhas prioritárias ou mesmo linhas especiais da agroecologia.

Do lugar de quilombola e administrador com foco no território e de bióloga, e profissional engajada com projetos socioambientais, observamos que existem caminhos escurecidos e necessários para que o SATQ do Vale do Ribeira e outros SATs do Brasil sejam promotores de desenvolvimento sustentável inclusivo:

- Fomentar políticas de comercialização e crédito rural que valorizem e reconheçam o papel sociocultural e de segurança alimentar que esta agricultura desempenha;
- A política de patrimônio imaterial do Iphan, ao reconhecer os SATs, dá visibilidade ao importante papel dos povos tradicionais e indígenas na manutenção da agrobiodiversidade e dos ambientes onde estão inseridos, como as florestas tropicais; essa política precisa ser fortalecida, e não desmontada;

- Ações de relevância como o prêmio BNDES, lançado em 2018, em parceria com o Iphan e a Embrapa, que dá oportunidade para os SATs serem reconhecidos como uma agricultura que tem um valor socioambiental para o país, precisam continuar e ser ampliadas;
- Que as políticas de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) também dialoguem com os SATs;
- Fortalecer a autonomia na gestão do território dos povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, seu acesso e direito ao território, e desenvolver ações de incentivo e fomento à produção tradicional são estratégias que podem gerar impactos positivos na renda, na alimentação, na cultura e na proteção da agrobiodiversidade mantida pelo exercício dos SATs.

Por fim, ressalta-se que a garantia do direito e acesso ao território é uma premissa fundamental para garantir o direito à vida com soberania destes povos. Quando pensamos em desenvolvimento sustentável e patrimônio imaterial, devemos considerar que são sistemas de valores e conhecimentos complexos e imbricados pelos processos históricos de colonização e de nossa formação enquanto país. E quando se trata de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, há um racismo estrutural e, decorrente dele, também um racismo ambiental que infelizmente ainda faz com que órgãos públicos, gestores, cientistas, organizações não governamentais e muita gente em geral suponham que estes povos não sabem gerir seus espaços de vida, que a presença deles é incompatível com a conservação e que muitas vezes eles representam uma ameaça ao desenvolvimento dos empreendimentos das regiões onde vivem. Mas então é preciso refletir qual modelo de desenvolvimento está sendo proposto. Todavia, o SATQ do Vale do Ribeira vive, resiste e prova o contrário há mais de 400 anos.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Cristina et al. *Dossiê Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira-SP*. Vol. 2. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2017. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/dossie-sistema-agricola-tradicional-quilombola-do-vale-do-ribeira-sp-vol-2>>.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro / Jandaíra (Pólen), 2020.

AMÉRICO, Márcia C.; DIAS, Luiz M. de França; LUIZ, Viviane Marinho; SILVA, Laudessandro Marinho da. *Roça é Vida*. Ilustração Amanda Nainá dos Santos (Nainá), Vanderlei Ribeiro (Deco). São Paulo: Iphan – Grupo de Trabalho da Roça, 2020. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/prov61.pdf>>.

ANDRADE, Anna Maria; TATTO, Nilto. *Inventário cultural de quilombos do Vale do Ribeira*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2013. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/publications/pdf-publicacao-final_inventario.pdf>.

_____; KHISHIMOTO, Alexandre (org.). *Dossiê Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira – SP- Vol. 1*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2017. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/03D00023.pdf>>.

BOTÃO, Renato U. dos Santos; NORTE, Silvane A. da Silva; ROSA, Edina dos Santos. *Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012*. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. São Paulo: Núcleo de Inclusão Educacional – Equipe Educação Escolar Quilombola e Educação para as Relações Étnico-Raciais, Governo do Estado de São Paulo, 2012.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. “A tradição viva”. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). *História geral da África I: metodologia e pré-história da África*. 2. ed. Brasília: Unesco, 2010, pp. 167-212.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica*. São José dos Campos / São Paulo: Inpe / Fundação SOS Mata Atlântica, 2018.

LUIZ, Viviane Marinho. “Participação infantil no cotidiano de uma comunidade quilombola: aprendendo com os líderes”. *Comunicações*, Piracicaba, ano 21, n. 1, pp. 9-21, jan.-jun. 2014.

OSTROM, Elinor. “A General Framework for Analyzing Sustainability of Social-Ecological Systems”. *Science*, v. 325, pp. 419-22, 2009.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2007.